

A prática corporal e manifestação cultural indígena de Huka-Huka nas aulas de Educação Física escolar: aproximações e resistências

Karoline Hachler Ricardo¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3829-3246>

André Luis Xavier Peres²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8696-8295>

Elisandro Schultz Wittizorecki³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7825-0358>

Resumo

Este artigo tem como objetivo narrar, analisar e discutir a experiência com a luta tradicional indígena de Huka-Huka na Educação Física. A experiência foi realizada com o sexto ano do ensino fundamental de uma escola da rede estadual de ensino de Porto Alegre/RS, que fez parte de uma pesquisa-ação participante durante o ano letivo de 2023. Como instrumento de produção de informações foram utilizadas as Notas de Campo da primeira autora, professora da turma, bem como os materiais produzidos pelos(as) estudantes. Identificamos aproximações e resistências com a luta Huka-Huka durante essa experiência. Compreendemos que a Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura indígena na educação básica, precisa ser efetivamente aplicada, porque acreditamos que as resistências dos(as) alunos(as) com relação aos conteúdos com pluralidade de culturas na escola podem diminuir a partir do momento em que os(as) estudantes tenham contato, conheçam e reconheçam outras cosmopercepções.

Palavras-chave: huka-huka; educação física escolar; decolonialidade; interculturalidade; povos indígenas.

Abstract

This article aims to narrate, analyze and discuss the experience with the traditional indigenous struggle of Huka-Huka in Physical Education. The experience was carried out with the sixth year of elementary school at a school in the state education network of Porto Alegre/RS, which was part of a participatory action research during the 2023 school year. Field notes from the first author, class teacher, as well as materials produced by students. We identified approaches and resistances with the Huka-Huka fight during this experience. We understand that Law 11,645/08, which made the teaching of indigenous history and culture mandatory in basic education, needs to be effectively applied, because we believe that the resistance of students in relation to content with a plurality of cultures in school can decrease from the moment that students have contact, know and recognize other cosmoperceptions.

Keywords: huka-huka; school physical education; Decoloniality; interculturality; indian people.

Citação: RICARDO, Karoline Hachler; PERES, André Luis Xavier; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. A prática corporal e manifestação cultural indígena de Huka-Huka nas aulas de Educação Física escolar: aproximações e resistências. *Revista Estudos Aplicados em Educação*, v. 9, e20249516, 2024. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol9.e20249516>

¹ Mestra em Ciências do Movimento Humano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: karolinehachler@gmail.com.

² Mestrando em Ciências do Movimento Humano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: andrep_88@hotmail.com

³ Doutor em Ciências do Movimento Humano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: elisandro.wittizorecki@ufrgs.br.



1 Apontamentos iniciais

Atravessar o conteúdo de Huka-Huka nas aulas de Educação Física com um sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala⁴ foi bastante desafiador, por diversas razões, a exemplo da resistência dos(as) alunos(as) com as propostas de aula da/sobre a prática corporal e manifestação cultura

l indígena, bem como da dificuldade narrada pela professora em planejar as aulas e pensar em ações possíveis com a turma para que pudessem experienciar a luta e ao mesmo tempo se aproximar, conhecer e reconhecer as culturas indígenas.

Destacamos que este estudo está inserido no contexto do percurso de mestrado da primeira autora, que se trata de uma pesquisa-ação (aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa) participante (Lanette, 2022) com um sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala, que aconteceu durante o ano letivo de 2023, entre 23 de fevereiro e 21 de dezembro do referido ano, e teve como intenção desenvolver uma Educação Física sustentada por uma proposta pedagógica decolonial e intercultural (Walsh, 2015; 2019), compreendendo as afetações decorrentes dessa experiência.

Partilhamos do entendimento de Walsh (2015) sobre a decolonialidade enquanto um esforço de pensar com e a partir das condições ontológico-existenciais dos povos colonizados pela modernidade ocidental e de classificação racial e de gênero, de modo a superar e/ou desfazer essas categorias identitárias a partir do diálogo entre os conhecimentos subordinados pela colonialidade do poder e do saber e as experiências críticas e políticas que são e estão enraizadas nas lutas e práxis dos povos colonizados. Com relação à interculturalidade, compreendemos que se trata de uma caracterização de abordagem pedagógica, mas também geopolítica, no sentido de uma práxis política das inter-relações pessoais, que vai, portanto, para além da comunicação entre diferentes culturas, porque se pretende um paradigma outro, a partir de outras formas de pensamentos que estão relacionados com e contra a colonialidade e a modernidade (Walsh, 2019).

Sobre a colonialidade, partilhamos do entendimento de Maldonado-Torres (2007), que a entende como uma lógica global de desumanização que representa um processo de legitimação que circula na sociedade contemporânea. Processo esse que gera multiplicidades de formas de subalternização em prol da idealização de um modelo único e válido de ser, estar, saber, viver e existir no mundo, e que geralmente corresponde ao ideal de homem branco, cisgênero e heteronormativo, seguindo as lógicas do modelo econômico capitalista. Na escola, para Pérez Gómez (1998, p. 14), a colonialidade está presente de diversas formas, à exemplo de quando a sua função, que deveria ser a de desenvolver o processo de socialização das novas gerações, se dá de maneira conservadora: “[...] para garantir a reprodução social e cultural como requisito para a sobrevivência mesma da sociedade”.

As perspectivas decolonial e intercultural aqui apresentadas, portanto, tratam de uma agenda geopolítica e também pedagógica quando as articulamos na escola, para a nossa prática político-pedagógica. Destacamos que partilhamos do entendimento de Walsh (2015; 2019) que compreende que tais perspectivas nos apontam a urgência e a necessidade de colocarmos na centralidade das nossas preocupações e ações as categorias analíticas estruturantes da nossa sociedade – classe, raça e gênero –, de modo a minimizar negligências sobre posicionamentos, privilégios, segurança cultural, dinâmica de saber, de poder, de ser e de existir, e práticas prejudiciais da própria intervenção; com atenção especial para as identidades dos sujeitos.

⁴ Nome fictício para preservar o nome da escola. Escola da rede estadual de ensino, da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.



A Huka-Huka aparece na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) no componente curricular de Educação Física, especificamente na unidade temática de lutas, como um exemplo de “luta brasileira” e uma possibilidade de trabalho para docentes de Educação Física.

A unidade temática Lutas focaliza as disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas lutas brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara etc.), bem como lutas de diversos países do mundo (judô, aikido, jiu-jítsu, muay thai, boxe, chinês boxing, esgrima, kendo etc.) (BNCC, 2018, p. 218).

Em diálogo com os pressupostos da decolonialidade e da interculturalidade, a Huka-Huka, para além de técnicas, táticas e estratégias de luta, nas aulas de Educação Física com o sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala, foi, entre todos os limites e desafios, experienciada como uma prática corporal e manifestação cultural de matriz indígena que possui aspectos que envolvem rituais, músicas, pinturas corporais e danças, com o objetivo de que os(as) estudantes e a professora se aproximassem, conhecessem e reconhecessem de maneira crítica e reflexiva a Huka-Huka (Lima; Moura, 2022). Igualmente, como um exercício para que os(as) estudantes pudessem se aproximar de diferentes cosmopercepções de cultura e de mundo. Destacando que partilhamos da compreensão de Oyëwùmí (2021) sobre cosmopercepções enquanto uma possibilidade de alargamento da noção de cosmovisão, com a intenção de dar atenção aos demais sentidos que não exclusivamente o visual, confluindo para uma combinação de sentidos. Tal modo de se colocar no laço social, ao desviar de padrões coloniais, nos permite pensar sobre categorias multidimensionais, as quais não se propõem a encontrar soluções simples para problemas complexos.

Nesse movimento, este estudo tem como objetivo narrar, refletir e analisar a experiência com Huka-Huka nas aulas de Educação Física com a turma do sexto ano do ensino fundamental de uma escola da rede estadual de ensino de Porto Alegre/RS que fez parte de uma pesquisa-ação participante durante o ano letivo de 2023. Para tanto, as Notas de Campo (Bogdan; Biklen, 1994) da primeira autora e professora da turma, bem como os materiais produzidos pelos(as) estudantes (Tavares, 2021), foram utilizados como instrumentos de produção de informações.

2 Huka-Huka: prática corporal e manifestação cultural indígena

A prática corporal e manifestação cultural de Huka-Huka, segundo os estudos de Taukane (2013), tem sua origem na região centro-oeste brasileira, no estado do Mato Grosso, na região de Paranatinga, mais precisamente nas terras Indígenas Bakairi, Santana e do Xingu. Considerada uma luta que ocorre especialmente durante uma cerimônia religiosa chamada de Kuarup, de acordo com os estudos do Instituto Socioambiental (2011), sua prática envolve rituais com o corpo e a alma de seus/suas praticantes, englobando não apenas os aspectos físicos, mas sobretudo a filosofia e a religião.

Junqueira e Vitti (2015), ao realizarem um estudo sobre a cerimônia de Kuarup – ritual de celebração aos mortos, que tem duração de dois dias, acontecendo entre julho e setembro, durante a estação das secas, em cada aldeia da região, envolvendo danças, cantos, preparação do corpo e limpeza para a luta Huka-Huka – explicam que nessa festa religiosa, um mosaico de etnias locais é reunido, sendo que uma aldeia convida pessoas de outra aldeia para participar do evento. As homenagens são direcionadas aos(às) mortos(as) da etnia anfitriã e, além disso, ocorre também a cerimônia de passagem dos(as) jovens para a fase adulta.



Para tanto, existem vários preparos, à exemplo da reclusão dos(as) participantes jovens que serão iniciados, o que começa desde a chegada dos sinais da puberdade (aproximadamente a partir dos doze anos) e tem seu encerramento no dia da cerimônia, quando os(as) jovens completam dezoito anos. Durante esse período, para além do desenvolvimento da técnica, o(a) praticante de Huka-Huka é submetido(a) a diversas regras sociais, com a intenção de entender como se portar naquela sociedade. Acredita-se que esse momento de reclusão auxilia a construir a personalidade do(a) jovem, o(a) tornando um(a) bom(boa) lutador(a) (Junqueira; Vitti, 2015).

Nos dias da cerimônia de Kuarup, vários rituais são realizados, como as pinturas corporais, ingestão de chás para limpeza do corpo preparados pelo pajé⁵, “arranhadura do corpo” (para fortalecimento, em que o(a) guerreiro(a) é arranhado(a) com um instrumento feito de cabaça com dentes de peixe), dança no fogo com entonação de cânticos solicitando a ressurreição dos(as) mortos(as), rezas, banho coletivo que simboliza o fim do luto (Dos Santos, 1956). Na manhã do segundo dia inicia-se a cerimônia de Huka-Huka, que busca testar a saúde, força e virilidade dos(as) jovens. Segundo Junqueira e Vitti (2009) o embate na luta Huka-Huka é o ponto alto do Kuarup, que para a maioria das pessoas, trata do seu principal foco de interesse, com a possível exceção dos(as) familiares mais próximos(as) da pessoa falecida.

Os(as) guerreiros(as) que representam suas respectivas aldeias na cerimônia de Kuarup são escolhidos(as) pelos(as) seus(suas) caciques⁶. As lutas de Huka-Huka ocorrem no centro das aldeias, no interior de um círculo formado por integrantes das diversas etnias (Valente *et al.*, 2022). Os(as) guerreiros(as) das aldeias visitantes permanecem em linha na frente dos(as) combatentes da aldeia anfitriã, e são apresentados por seus(suas) caciques. Os(as) lutadores(as) chamam os(as) seus(suas) desafiantes para a luta, a qual é observada por uma pessoa da aldeia anfitriã. Várias lutas acontecem concomitantemente (Galeazzi; 1981). No entorno dessa área, mas fora do círculo humano, outras pessoas, como as crianças, também praticam Huka-Huka, mas sem valor estimado (Sousa, 2012).

As regras da luta Huka-Huka não são complexas, “não podem ocorrer golpes como soco, chute, joelhadas, cotoveladas, cabeçadas e chaves de articulações (cotovelos, joelhos, cervical, punho, entre outras). Também se proíbe dedo no olho, mordidas e agarrar os cabelos” (Valente *et al.*, 2022, p. 5) A luta inicia quando o(a) lutador(a) anfitrião(ã) escolhe o(a) seu(sua) oponente, que fica de pé quando este(a) se aproxima. Ambos(as) começam a girar em círculos, se aproximando e fazendo o barulho de onça – inclusive por essa razão a luta se chama “Huka-Huka”. Quando bastante próximos(as), os(as) lutadores(as) se dão a mão direita e a mão esquerda segura o pescoço do(a) oponente (Galeazzi; 1981; Felipe, 2019; Paiva, 2021).

Destacamos que não há pontuação; para vencer a luta, é necessário ocorrer uma das cinco situações: (i) derrubar o(a) oponente de decúbito dorsal ou ventral; (ii) levá-lo(a) totalmente do chão; (iii) um(a) dos(as) guerreiros(as) manifestar desistência; (iv) quando se segura atrás de um ou dos dois joelhos do(a) oponente de três a cinco segundos; (v) quando se domina as costas do(a) oponente, por cima, fazendo com que este(a) fique com as mãos e os joelhos no chão (Valente *et al.*, 2022).

Apesar de ter uma pessoa da aldeia anfitriã observando as lutas acontecerem, são os(as) próprios(as) lutadores(as) que reconhecem o(a) vencedor(a) da luta. Além disso, não há premiação para os(as) vencedores(as), tampouco ranqueamento, o que existe é uma valorização social, pois o(a) guerreiro(a) vencedor(a) torna-se uma pessoa respeitada dentro e fora da sua aldeia (Paiva, 2021).

⁵ Liderança espiritual presente em comunidades indígenas.

⁶ Chefe político da aldeia, responsável por organizar e cuidar de questões referentes aos(as) indígenas, como o modo de vida, os rituais e até mesmo punições.



Durante o combate os(as) lutadores(as) ficam nus(as), apenas com pinturas corporais que são feitas com urucum (corante natural pertence à família botânica *Bixaceae*), calcário de rio (rochas sedimentares compostas) e carvão, cada uma caracterizando algo, à exemplo de animais como felinos, aves, cobras e outros. Também se ornamentam com braçadeiras e cinturões enfeitados com miçangas (Galezzi, 1981).

3 Percurso investigativo

A pesquisa-ação participante, segundo Lanette (2022), é um modo e/ou uma estratégia de investigação que, ao valorizar os diferentes saberes-fazer de quem compartilha a pesquisa, assume um compromisso com a ação participativa, neste caso, especialmente da professora-pesquisadora e da turma do sexto ano do ensino fundamental. Somada à preocupação com a agenda de uma proposta pedagógico-política decolonial e intercultural nas aulas de Educação Física, dentro do conteúdo de Huka-Huka, entendemos que esse processo se deu especialmente na e a partir da problematização sobre raça e etnia, e de como os corpos poderiam experienciar outros elementos culturais na escola, espaço-tempo marcado por processos de colonialidade.

Reforçamos que a pesquisa-ação participante possibilitou o envolvimento com os modos de vivenciar participação e agência, bem como as implicações destes na prática para a coletividade envolvida. Neste caso, os(as) alunos(as) do sexto ano e a professora de Educação Física refletiram sobre posicionamentos, privilégios, segurança cultural e dinâmica de poder, o que neste estudo foi compreendido como algo que não é dado, tampouco incorporado pelas pessoas envolvidas na pesquisa (Lanette, 2022).

Com relação aos materiais produzidos pelos(as) estudantes como fonte de produção de informações, compartilhamos do entendimento de Tavares (2021, p. 69), que compreende como fontes primárias os materiais produzidos e confeccionados pelos(as) alunos(as) para fins escolares: “tais como trabalhos, memoriais das aulas, síntese das atividades, questionários ou provas puderam oferecer importantes narrativas sobre a construção curricular da Educação Física e sobre como eles se veem nesse processo”. No caso deste estudo, ao final das aulas de Huka-Huka, os(as) estudantes compartilharam por escrito como se sentiram e quais foram as suas aprendizagens sobre a referida prática corporal e manifestação cultural.

A Huka-Huka foi o último conteúdo⁷ experienciado pela turma do sexto ano e pela professora durante a pesquisa-ação participante no ano de 2023. Destacamos que totalizou um conjunto de cinco aulas da prática corporal e manifestação cultural, realizadas nos dias 16/11/2023 (aula 1), 21/11/2023 (aula 2), 27/11/2023 (aula 3), 05/12/2023 (aula 4) e 07/12/2023 (aula 5). As aulas aconteceram nos períodos de Educação Física, que eram realizados na frequência de duas vezes na semana, com duração de cinquenta minutos cada período, o que será analisado e discutido na seção a seguir, com ênfase nas narrativas dos(as) estudantes – orais e escritas – e na experiência de uma das autoras (como professora e pesquisadora) na pesquisa-ação participante.

4 Aproximações e resistências com Huka-Huka nas aulas de Educação Física

Iniciamos as aulas de Huka-Huka (dia 16/11/2023 – aula 1 de Huka-Huka) em um espaço da escola que tem “colchonetes tatames”, os quais são fruto de uma doação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como essa doação foi realizada há pelo menos cinco anos, e o material já era usado na universidade, parte dos itens estava remendado com

⁷ A turma já tinha atravessado por: 1) Brincadeiras e Jogos de matrizes indígena e africana; 2) Vivências teatrais; 3) Esporte de orientação; 4) Futebol; 5) Frisbee; 6) Pole Dance; 7) Maculelê; 8) Funk e 9) Capoeira. Experiências que serão analisadas e discutidas em outros trabalhos.



fitas e com sinais de desgaste. De qualquer modo, ressaltamos que a presença dos colchonetes tatames possibilitou a prática de Huka-Huka nas aulas de Educação Física, pois se não os tivéssemos (a escola contava apenas com alguns colchonetes), seria mais difícil a realização da luta, já que um dos objetivos da prática era derrubar o(a) colega no chão, além de que os(as) participantes iniciam a luta de joelhos.

A Huka-Huka originalmente não é realizada em tatames, e sim em um chão mais próximo do saibro. No entanto, considerando que se tratava de um ambiente escolar, tínhamos que preservar a segurança dos(as) estudantes, e entendemos que realizar a luta no pátio da escola, cujo chão é de pedra, ou mesmo em alguma sala de aula, onde o chão é de parquet, poderia não ser tão adequado, pois facilitaria que os(as) alunos(as) se machucassem ou mesmo não se sentissem seguros para a prática, o que dificultaria bastante a realização das aulas. Sabemos que a maioria das escolas estaduais de Porto Alegre/RS tem escassez de materiais e de espaços para as práticas corporais, razão pela qual reforçamos que a doação dos colchonetes tatames da universidade para a escola Abya Yala possibilitou maior pluralidade de práticas corporais que provavelmente não seriam possíveis de estarem presentes na escola.

Sentados(as) nos tatames, em roda, a professora e os estudantes retomaram a conversa sobre as diferenças entre lutas e brigas que já tinha sido iniciada com as aulas de Capoeira. A professora reforçou que a luta se trata de uma prática corporal com regras determinadas que precisam ser respeitadas, enquanto a briga é apenas uma prática com ausência de regras, em que geralmente há confusões e desrespeito ao(à) próximo(a), gerando violência (Mazini Filho *et al.*, 2014), o que já havia sido pactuado com a turma para não ocorrer. No entanto, nem sempre os(as) estudantes respeitaram as regras da luta Huka-Huka, tampouco os acordos pactuados com a professora, gerando, por vezes, alguns conflitos entre alguns(as) alunos(as).

Ainda na roda, a professora questionou se algum(a) estudante já havia escutado falar em ou sabia o que era Huka-Huka. Os(as) alunos(as), antes de manifestarem qualquer resposta, começaram a rir e a debochar da palavra Huka-Huka. A professora esperou a turma se acalmar e perguntou as razões de tantos deboches, e um estudante falou: “ah, sora, olha essa palavra, é engraçada”. A professora respondeu: “engraçada por que é diferente? Ou por que nunca a escutaram?”. O aluno respondeu: “engraçada porque é estranha” (Notas de Campo, Aula 1 de Huka-Huka, 16/11/2023).

Refletindo sobre as reações de risos e de deboches dos estudantes, bem como sobre o diálogo entre eles(as) e professora, compreendemos que se a Lei 11.645/08 (Brasil, 2008) – que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas – ganhasse materialidade no cotidiano escolar na perspectiva de desvelar e tensionar as xenofobias e racismos, esses tipos de reações e manifestações poderiam não acontecer, ou pelo menos ocorrer em menor frequência. Isso porque os(as) estudantes teriam mais contato com elementos de outras culturas que não somente as europeias e norte-americanas, que apesar das resistências, ainda tem se apresentado e se mantido como hegemônicas no espaço-tempo escolar.

Tenório e Silva (2014) destacam que a diversidade étnico-racial não é um amplo objeto de debate no campo da Educação Física escolar. Darido (2005) ressalta que a Educação Física vem, há bastante tempo, dando ênfase à prática de esportes coletivos supostamente mais populares, também por serem veiculados pela mídia, como o futebol, o basquete, o handebol e o vôlei. Bins e Molina Neto (2018) apontam a estrutura e a visão da escola como elementos importantes para a manutenção desta lógica moderna/colonial, que desde o início da colonização do Brasil se constituiu sob um padrão eurocentrado de educação que coloca corpo e mente em posições dicotômicas, dando prioridade à dimensão intelectual.



Segundo Lima e Moura (2022), os debates sobre a cultura indígena nas escolas, quando acontecem, são geralmente tratados de forma superficial e, de acordo com Kayapó e Brito (2014), acabam por favorecer diálogos a partir de estereótipos, excluindo a pluralidade de etnias, costumes e dialetos desses povos. Esses estereótipos são criados pelo mito da existência de um “índio genérico”, que seria aquele que vive nu nas florestas, fala Tupy e adora Tupã. Somado à escassez de vivências de práticas corporais dessa cultura, tudo isso acaba acarretando no pouco conhecimento dos(as) alunos(as) sobre os povos indígenas e suas respectivas culturas (Lima; Moura, 2022).

Seguindo a conversa, a professora dialogou com os(as) estudantes sobre a prática corporal e manifestação cultural Huka-Huka, de origem indígena, no estado do Mato Grosso, mais precisamente nas terras indígenas Bakairi, Santana e do Xingu (Taukane, 2013). A intenção da primeira aula era a de aproximação aos povos indígenas pela prática corporal, razão pela qual a professora não conversou tanto com os(as) estudantes sobre as etnias indígenas dos territórios acima mencionados, o que foi realizado na aula seguinte.

Os(as) alunos(as) foram convidados(as) a fazer alguns desafios corporais no tatame, como levantar rapidamente da posição “joelhos no chão”, bem como ficar em pé após saltar da posição “joelhos no chão”. Após esses desafios, os(as) estudantes foram divididos em duplas, cujo objetivo de cada pessoa da dupla era o de derrubar o(a) colega no chão, estando ambos(as) de joelhos. Foram realizadas várias rodadas da brincadeira, para que os(as) alunos(as) pudessem experimentar lutar com diferentes colegas. Nesse momento apenas algumas meninas se mostraram mais resistentes para participar, mas após o começo das atividades, elas participaram e pareciam estar se divertindo.

A segunda aula de Huka-Huka (dia 21/11/2023) aconteceu no salão da escola, um espaço semelhante às salas de aula, mas de tamanho maior e que tem um projetor para apresentações digitais. A professora iniciou a aula conversando sobre a semana da Consciência Negra (esse era um assunto que ela e a turma já vinham tentando dialogar durante todo o ano letivo de 2023, especialmente durante o Projeto Identidades, no qual foram trabalhadas questões identitárias envolvendo raça, gênero e sexualidade, e que será analisado e discutido em outro estudo). Após essa conversa, a professora exibiu um vídeo da luta Huka-Huka (HUKA HUKA, 2020), momento em que os(as) alunos(as) puderam visualizar e conhecer um pouco da cultura, dos costumes, das razões da prática corporal para aqueles povos, das diferentes formas de realização da prática, bem como de algumas regras da luta. Destacamos que em alguns momentos no decorrer do vídeo percebemos alguns(mas) alunos(as) rindo e debochando daquilo que estavam assistindo, mais uma vez desqualificando e menosprezando formas de existir diferentes das suas. Apesar dessas reações, notamos interesse e curiosidade de outros(as) estudantes que, assim que o vídeo finalizou, foram questionando sobre algumas particularidades mostradas nele, especialmente com relação ao ritual de Kuarup – cerimônia indígena em homenagem aos(às) mortos(as) – e às “arranhaduras”.

A professora mostrou algumas imagens da cerimônia de Kuarup, bem como fotos de pajés e o preparo de chás ingeridos durante os rituais, fotos das danças, das arranhaduras com as cabaças de dentes de peixes e as pinturas corporais. Nesse momento, a professora aproveitou para contar sobre a sua experiência em uma aldeia indígena no Acre, de aproximadamente trinta dias, no final do ano de 2018 e início de 2019. Mostrou algumas fotos suas na aldeia, com as crianças, com o pajé, com a cacique, mostrou também fotos de algumas casas das aldeias, da Escola Indígena que ficava dentro da aldeia, fotos com pinturas corporais e de um festival de final de ano que ela participou, em outra aldeia, com músicas e danças daquele povo indígena.



A professora contou sobre alguns rituais e cerimônias que participou na aldeia, como o de Ayahuasca⁸, Sananga⁹, Kambô¹⁰ e Rapé¹¹. Conversou com os(as) alunos(as) sobre todos esses rituais serem considerados, para os(as) indígenas da aldeia em que ela ficou uma temporada, uma medicina sagrada e de cura. Os(as) estudantes pareciam estar bastante curiosos(as), especialmente querendo saber como a professora se sentiu e ficou ao realizar cada um deles, bem como o que ela achou de todos os rituais. A docente também fez circular entre os(as) estudantes alguns colares e pulseiras de miçanga e sementes que tinha ganhado e comprado na aldeia, assim como o instrumento Kuripe (um autoaplicador da medicina rapé).

Após esse primeiro momento de diálogos e partilhas sobre a Huka-Huka, as regras da luta, todo o contexto da cerimônia de Kuarup, bem como uma aproximação às culturas indígenas por meio das histórias contadas pela professora, da sua experiência em uma aldeia no Acre, a docente convidou os(as) estudantes a realizarem uma brincadeira que aprendeu com os(as) indígenas nesse estado da federação. A brincadeira consistia em uma espécie de luta coletiva, em que teriam duas equipes. Todas as pessoas de uma equipe ficariam deitadas de bruços no chão, com os braços agarrados uns aos outros, com o objetivo de manterem-se da mesma forma (sem soltar os braços) até o final. Já a outra equipe tentaria soltar os braços dos(as) participantes da equipe adversária. Realizamos apenas duas rodadas dessa brincadeira porque, apesar de os(as) alunos(as) estarem se divertindo, alguns(as) estudantes não respeitaram as regras de não violência, anteriormente pactuadas.

Ressaltamos que consideramos esse momento da brincadeira bastante importante, porque possibilitou que os(as) alunos(as) compreendessem que lutar não é apenas praticar uma modalidade de luta (ou mesmo brigar) com seu colega na escola (Maldonado; Bocchini, 2024). Partilhamos da compreensão de Tonucci (2020) sobre a brincadeira ser essencial para as crianças, pois trata de um momento com diversas possibilidades de se viver experiências, como a de confrontar-se com a complexidade da vida. Brincar, portanto, “significa esculpir um pedaço deste mundo o tempo todo: uma peça que incluirá um amigo, objetos, regras, um espaço para ocupar, um tempo a ser administrado, riscos a tomar e com total liberdade, porque o que você não pode fazer, você pode inventar” (Tonucci, 2020, p. 41).

Apesar de a maioria dos(as) estudantes não conseguir entender inicialmente que esse tipo de brincadeira também poderia ser considerada uma forma de luta, nas aulas seguintes foram compreendendo que as lutas, especialmente no caso da Huka-Huka, envolvem um conjunto de regras e significados para além de vencer no ringue ou agredir uma pessoa.

Lacerda *et al.* (2015) entendem que as lutas não são somente as técnicas sistematizadas, e sim um conjunto de valores culturais (re)construídos ao longo do tempo, os quais são importantes de serem pensados como instrumentos de aprendizagem e socialização escolar. Compreendemos, portanto, que as brincadeiras se apresentam como possibilidades de trabalhar as lutas de forma estimulante e desafiadora nas aulas de Educação Física (Lacerda *et al.*, 2015).

Na aula 3 de Huka-Huka (dia 27/11/2023) a professora trouxe tintas para a realização de pintura corporal. Nesse dia a docente de Educação Física tinha a manhã toda com a turma,

⁸ Ayahuasca é uma poderosa bebida enteógena sul-americana, usada para curar, limpar e estimular a mente, o corpo e o espírito.

⁹ Colírio preparado pelos indígenas da raiz da planta Tabernaemontana sananho, o qual é amplamente utilizado no tratamento de doenças oculares.

¹⁰ Veneno raspado das costas de uma rã da Amazônia (*Phyllomedusa bicolor*) e inoculado sob a pele, intencionando uma limpeza astral e corporal.

¹¹ É basicamente composto de um pó de tabaco moído misturado com outras ervas e pedaços de árvores. É feito para ser inalado, a fim de causar uma sensação de bem-estar na pessoa que usa. Está associado ao uso histórico, especialmente por parte de povos indígenas.

pois estava substituindo a professora de Ciências. No entanto, mesmo com os(as) alunos(as) já sabendo que nessa aula poderiam se sujar, inclusive porque a professora já tinha avisado para todos(as) trazerem uma roupa mais velha, alguns(mas) disseram que esqueceram e a maioria disse que não queria se sujar e que, portanto, não gostariam de fazer as pinturas corporais. A docente sugeriu a realização de pinturas em folhas, simulando as pinturas corporais; entretanto, os(as) estudantes reclamaram, dizendo que já tinham aulas de Artes e que queriam ter, segundo um deles, “Educação Física de verdade, com coisas de correr” (Notas de Campo, Aula 3 de Huka-Huka, 27/11/2023), sugerindo que Educação Física precisa ser orientada pelos paradigmas da aptidão física e esportiva (Bracht; González, 2005).

Professora e estudantes dialogaram e tentaram recombinar essa aula para outro dia. Contudo, a maioria dos(as) estudantes persistiu com resistência em relação a proposta de pintura corporal, e a professora não insistiu. Nos tatames, foram realizados alguns desafios da luta Huka-Huka e uma roda de conversa sobre os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas – evento desportivo-cultural indígena das Américas, com mais de 20 etnias participantes e povos de 24 países que competem em 16 modalidades, divididas em Jogos de Integração (esportes tradicionais praticados pela maioria dos povos indígenas brasileiros) e Jogos de Demonstração (particulares de cada povo, praticados e disputados por integrantes da própria etnia com o objetivo de incentivar o resgate às práticas tradicionais) (CONHEÇA..., 2015).

Cabe ressaltar que, apesar das importantes críticas sobre a criação desse megaevento esportivo, como o perigo da folclorização e capitalização da cultura indígena, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas carregam “elementos de representação social sobre os povos indígenas sedimentados desde os tempos coloniais” (Lotufo, 2020, p. 198). Entendemos que na Educação Física escolar esta pode ser uma das formas de trabalhar com a história e cultura dos povos indígenas. Destacamos, contudo, que neste estudo de pesquisa-ação participante sobre a luta Huka-Huka, apenas dialogamos em roda de conversa sobre os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, pois elegemos outras formas, a exemplo das brincadeiras e jogos dos povos indígenas (que foram trabalhadas no início do ano letivo e compõem outro trabalho acadêmico) e a luta Huka-Huka, objeto de análise e discussão deste estudo.

Nesse dia (27/11/2023), já que professora e turma tinham a manhã toda de aula de Educação Física, e não apenas cinquenta minutos, além das propostas de aula sobre Huka-Huka, os(as) estudantes fizeram atividades sobre personalidades negras e poesias antirracistas. Essas tarefas estavam relacionadas à Gincana da Consciência Negra que tinha acontecido no dia 23 de novembro de 2023, organizada pela professora de Educação Física do sexto ano e pelo professor de Educação Física dos anos iniciais do ensino fundamental, o que será narrado, analisado e discutido em outro estudo.

Na aula 4 de Huka-Huka (dia 05/12/2023), professora e estudantes foram direto para o espaço dos tatames. Foram formadas três equipes que representariam diferentes etnias indígenas. Apesar dos(as) alunos(as) terem sido incentivados(as) a criarem nomes para as suas equipes, podendo pesquisar no celular com a internet roteada pela professora, eles(elas) optaram em manter aqueles nomes dos territórios em que a luta é realizada – Bakairi, Santana e do Xingu. Assim, foi feito um círculo humano e, na sequência, fileiras com os(as) lutadores(as) escolhidos(as) pelos(as) caciques de cada equipe, os quais foram indicados por votação ou por outros tipos de decisão.

A professora reiterou as regras da luta, especialmente com relação às proibições – chutes, socos e pontapés. Retomou o principal objetivo da luta – levantar o(a) oponente e levá-lo(a) ao chão (Valente *et al.*, 2022). O professor de Educação Física dos anos iniciais, que é um homem grande e forte, participou dessa aula, o que acabou empolgando bastante os(as) alunos(as) que, apesar de se esforçarem muito para derrubá-lo, não conseguiram, o que passou a ser o objetivo de todos(as) ao final da aula.

Na quinta e última aula de Huka-Huka (dia 07/12/2023), os(as) alunos(as) tiveram como tarefa a escrita de como se sentiram e o que acharam das aulas de Huka-Huka. Destacamos que obtivemos uma pluralidade de respostas, desde os(as) que manifestaram ter detestado a prática corporal e manifestação cultural, até os(as) que disseram terem sido as melhores aulas de Educação Física. Ficamos surpresos(as) com as respostas que apontavam para a importância de aulas com elementos culturais diversos, porque talvez não esperássemos respostas positivas com relação às aulas, já que muitos(as) alunos(as) manifestavam, durante as aulas de Huka-Huka, que gostariam de estar fazendo outra atividade. Uma estudante escreveu o seguinte:

Sora, nem sempre me senti bem nas aulas, principalmente quando tinha que lutar contra um menino, porque eu ficava com vergonha de tocar no corpo dele, e também quando tocavam no meu corpo. Não percebi ninguém tocando com malícia, mas mesmo assim eu não me sentia tão bem. Mas tirando isso, eu gostei muito, porque tu trouxe coisas tuas e que são indígenas, eu não conhecia. Os rituais, tudo isso eu achei muito legal de conhecer. E também os lugares, as fotos que tu mostrou, é um mundo muito diferente do que eu conheço e eu gostei de saber essas outras coisas (Trabalho de Educação Física, 07/112023).

Refletindo sobre a manifestação da estudante, recordamos da primeira aula de Huka-Huka, em que muitas meninas começaram a aula sem querer participar das brincadeiras e da luta, provavelmente pela razão acima mencionada – vergonha de os meninos tocarem nos seus corpos. A professora apontou como uma falha sua o fato de não ter dialogado com a turma sobre questões tão importantes como o respeito com os corpos dos(as) colegas, as formas de tocar nos corpos das outras pessoas, o que é permitido (ou não) pelas pessoas, e que “não é não”, especialmente quando se fala da palavra de uma mulher proferida para um homem, reconhecendo as diversas situações de opressões que ocorrem na escola, sendo a violência de meninos contra meninas – seja em palavras, gestos e ações – uma delas (Silva; Mendes, 2015).

Apesar disso, a narrativa da estudante aponta para a importância e, mais do que isso, a indispensabilidade da presença da cultura indígena nas aulas de Educação Física, inclusive por ser um conteúdo obrigatório desde 2008, com a promulgação da Lei 11.645/2008. Percebemos, com este estudo, que são pouquíssimos(as) estudantes, ou quase nenhum(a), que conhecem os povos indígenas e, quando manifestam conhecer, falam a partir de um entendimento e visão estereotipados (Kayapó; Brito, 2014).

A professora também narrou que, em vários momentos, sentiu dificuldade para ministrar as aulas de Huka-Huka, principalmente em razão das poucas informações disponíveis com relação as práticas corporais e manifestações culturais indígenas, e que relatem suas características. Ademais, o pouco que se tem de documentos e informações muitas vezes explora a temática de forma distorcida, ou mesmo por analogia a outras lutas e de outros povos (Monteiro, 2018), razão pela qual trabalhar com as culturas indígenas exige um movimento em termos de pesquisa e produção de outras histórias que não silenciem e generalizem os povos indígenas (como também os africanos e afro-brasileiros).

5 Considerações possíveis

Neste estudo sobre a experiência com a prática corporal e manifestação cultural de Huka-Huka com uma turma de sexto ano do ensino fundamental de uma escola estadual de Porto Alegre/RS, que fez parte de uma pesquisa-ação participante atravessada pelos pressupostos da decolonialidade e da interculturalidade durante o ano letivo de 2023,



identificamos limites e possibilidades de trabalho com Huka-Huka, bem como aproximações e resistências durante essa experiência.

Destacamos que a preocupação com a agenda pedagógico-política decolonial e intercultural possibilitou que turma e professora atravessassem o conteúdo de Huka-Huka percorrendo caminhos de aproximações com as culturas indígenas, algumas de suas práticas, costumes, formas de se vestir e entre outros aspectos, colocando em questão propostas de Educação Física que têm se mantido a partir de uma lógica monocultural e excludente (Tavares, 2021). Percebemos que as aulas de Huka-Huka foram importantes para os(as) alunos(as) acessarem, conhecerem e reconhecerem outras formas de viver e existir que são diferentes das suas, ou seja, diferentes da lógica moderno-colonial.

Por outro lado, também notamos e sentimos diversas resistências com relação as propostas de aula da professora de Educação Física pelos(as) alunos(as), que recorriam a argumentos que colocam a Educação Física enquanto um componente curricular que deveria preocupar-se tão somente com o corpo, através de atividades físicas e de uma lógica esportivizada. Além disso, em diversos momentos, alguns(mas) estudantes riam e debochavam de elementos das culturas indígenas, desrespeitando outras formas de existir que divergem dos seus modos, reforçando argumentos que apontam a escola, apesar de movimentos contracorrentes, como uma instituição monocultural, moderno-colonial, que produz e reproduz exclusões, discriminações e preconceitos, especialmente étnico-raciais.

Destacamos que tanto as aproximações quanto as resistências às aulas de Huka-Huka não aconteciam de forma linear, e muitas vezes, inclusive, apresentavam contradições, a exemplo do dia em que os(as) alunos(as) não reclamaram e, sim, gostaram da aula na qual a maior parte do tempo ficaram escutando as histórias da professora sobre a sua experiência no Acre, bem como vendo fotos e vídeos da luta Huka-Huka e da cerimônia de Kuarup. No entanto, quando foi o dia de realizar a pintura corporal, recusaram-se, apontando que não fariam as pinturas nem nos seus corpos, nem no papel, pois esse tipo de aula, para eles(as), não era considerado aula de Educação Física, pois entendiam que a pintura fazia parte da aula de Artes.

Também é importante ressaltar a escassez de materiais com informações não distorcidas, tampouco não estereotipadas sobre a história e cultura dos povos indígenas, o que a professora de Educação Física apontou como uma dificuldade para trabalhar a prática corporal e manifestação cultural indígena de Huka-Huka, pois exige mobilização em termos de produção e de pesquisas sobre outras histórias que não estereotipem, distorçam, silenciem e generalizem os povos indígenas.

Em síntese, independentemente dos resistências, desafios e dificuldades, compreendemos que a Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, precisa, com urgência, ser efetivamente aplicada e vivida em profundidade, porque acreditamos que as resistências com relação aos conteúdos com pluralidade de culturas na escola podem diminuir a partir do momento em que os(as) estudantes fazem laço, têm contato, conhecem e reconhecem outras cosmopercepções.

Referências

BINS, Gabriela Nobre; MOLINA NETO, Vicente. Para além de desculpas: fatores que limitam o trabalho com a questão étnico racial na Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. *In*: SOARES, Marta Genú; ABREU, Mariane Conceição Paiva; TEIXEIRA, Carla Loyana Dias (org.). **Práticas corporais, cultura e diversidade**. Belém: Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará, 2018, p. 185-209.



BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRACHT, Valter; GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação física escolar. *In*: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEFER, Paulo Evaldo (org.). **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 144-150.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CONHEÇA as 16 modalidades dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. **Globo Esporte**, 21 out. 2015. Disponível em: <https://ge.globo.com/to/noticia/2015/10/conheca-16-modalidades-dos-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas.html>. Acesso em: 4 fev. 2024.

DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: aspectos legais e possibilidades. *In*: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Cadernos de Formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 21-33.

DOS SANTOS, Yolanda Lhullier. A festa do Kuarup entre os índios do Alto-Xingu. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 111-116, 1956. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1956.110338>. Acesso em: 4 fev. 2024.

FELIPE, Dionny. **Luta corporal indígena: possibilidades pedagógicas do Huka-Huka nas aulas de Educação Física**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2019.

GALEAZZI, Marlene Anna. Huka-huka: a luta pelo prestígio. **Revista Geográfica Universal**, Rio de Janeiro, n. 84, p. 13-25, nov. 1981.

HUKA HUKA: a luta indígena brasileira. [s. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (4 min.). Publicado pelo canal Professora Gi Furtado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2tqrs1Q_6v0. Acesso em: 3 fev. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10380_0.pdf. Acesso em: 4 fev. 2024.

JUNQUEIRA, Carmen; VITTI, Vaneska Taciana. O Kwaryp Kamaiurá na aldeia de Ipavu. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 133-48, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10443>. Acesso em: 4 fev. 2024.



KAYAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme – Revista de Humanidades**, Caicó, v. 15, n. 35, p. 38-68, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7445/5817>. Acesso em: 3 fev. 2024.

LACERDA, Rafaela Pinheiro; SILVA, Josiane Pereira da; LOVISI, Araya; MOURÃO, Ludmila Nunes. Ensino de lutas: relatos de uma experiência na rede pública. **Revista Salusvita**. Bauru, v. 34, n. 3, p. 437-453, 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-775847>. Acesso em: 3 fev. 2024.

LANETTE, Caroline. **Participatory Action Research as a decolonial method**. Site Refugee Hosts, jun. 2022. Disponível em: <https://refugeehosts.org/2022/06/23/participatory-action-research-as-a-decolonial-method/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

LIMA, George Almeida; MOURA, Diego Luz. Reflexões sobre o desenvolvimento da Huka-Huka nas aulas de Educação Física: uma revisão integrativa. **Revista Prática Docente**, Confresa, v. 7, n. 1, e019, p. 1-13, jan/abr 2022. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/269/258>. Acesso em: 1 fev. 2024.

LOTUFO, Caio Reina. Jogos mundiais dos povos indígenas (2015): discursos e representações. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 3, p. 191-201, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/6481>. Acesso em: 4 fev. 2024.

MALDONADO; Daniel Teixeira; BOCCHINI, Daniel. As três dimensões do conteúdo na educação física: tematizando as lutas na escola pública. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 11, n. 4, p. 195-211, out./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637599>. Acesso em: 3 fev. 2024.

MANZINI FILHO, Mauro Lúcio; SIMÕES, Michel Resende; VENTURINI, Gabriela Resende de Oliveira; SAVÓIA, Rafael Pedroza; MATTOS, Dihogo Gama; AIDAR, Felipe José; COSTA, Saulo Paula. O ensino de lutas nas aulas de educação física escolar. **Revista Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 4, p. 1-6, dez. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/download/5264/3965>. Acesso em: 3 fev. 2024.

MONTEIRO, Fernanda Yully dos Santos. A Capoeira e o Huka-Huka nas aulas de Educação Física: diálogos sobre uma escola plural através das lutas de matriz africana e indígena. **Revista Conexões de Saberes**, Belém, v. 3, n. 1, p. 101-14, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoesdesaberes/article/view/7892/5798>. Acesso em: 4 fev. 2024.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.



PAIVA, Leandro; DE VARGAS, Fátima M. Flôres; JUSTAMAND, Michel. Luta corporal indígena: contribuições à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Somanlu**, Manaus, v. 2, n. 2, p. 55-63, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/9359>. Acesso em: 4 fev. 2024.

SILVA, Maví Consuelo; MENDES, Olenir Maria. As marcas do machismo no cotidiano escolar. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 90-99, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/31723>. Acesso em: 4 fev. 2024.

SOUSA, Antônio José Damião Veras. **As lutas como proposta pedagógica na educação física escolar**. 2012. Monografia (Especialização em Educação Física Escolar). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

TAUKANE, Isabel Teresa Cristina. **Na trilha das pekobaym guerreiras kura-bakairi: de mulheres árvores ao associativismo do instituto yukamaniru**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TAVARES, Natacha da Silva. **Construção curricular, Interculturalidade e Educação Física: possíveis ressonâncias**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

TENÓRIO, Jederson Garbin; SILVA, Cinthia Lopes da. As práticas corporais indígenas como conteúdo da Educação Física escolar. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 81-91, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27722#:~:text=Como%20resultado%2C%20foi%20poss%C3%ADvel%20constatar,preconceitos%20sociais%20e%20%20%C3%A9>. Acesso em: 3 fev. 2024.

TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. *Revista Práxis Educacional*. v.16, n.40, p.234-257, Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6897/4804>. Acesso em: 29 ago. 2024.

VALENTE, Francisco Luís Auricélio; GOVEIA, Jean Carlos de; PINTO, Guilherme Moreira Caetano; VARGAS, Leandro Martinez. Estudo sobre Huka-huka: uma luta de matriz indígena brasileira. **Cadernos de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 20, e-28608, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/28608/20620>. Acesso em: 4 fev. 2024.

WALSH, Catherine. Decolonial pedagogies walking and asking. Notes to Paulo Freire from AbyaYala. **International Journal of Lifelong Education**, v. 34, n. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02601370.2014.991522>. Acesso em: 2 fev. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e Decolonialidade do Poder: um Pensamento e Posicionamento "Outro" A Partir Da Diferença Colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade**



de Direito da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, v. 5, n. 1, jan./jul., 2019.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 2 fev. 2024.

